

# Exposição do Presidente dos Trabalhos

EDSON NERY DA FONSECA

Diretor da Faculdade de Estudos Sociais  
Aplicados — UnB  
Brasília, DF

Por ocasião do 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado há dois anos em Belém do Pará, a bibliotecária Juracy Feitosa Rocha, Diretora da Divisão de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, apresentou interessante comunicação intitulada **Publicações oficiais brasileiras, um tema para o VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**.

De uma recomendação contida no trabalho citado, aprovada em Belém, decorre a realização, no atual Congresso, deste 1º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, cuja presidência exerço para atender a afetuosa imposição de Juracy Feitosa Rocha, organizadora, animadora e coordenadora dos trabalhos que hoje se iniciam e serão continuados, no mesmo local e no mesmo horário, amanhã, quinta-feira e sexta-feira.

O número ordinal demonstra que não se pretende esgotar, aqui e agora, toda a problemática das publicações oficiais brasileiras, mas apenas iniciar debates que deverão ter continuidade em outros Seminários.

A oportunidade e a importância desses problemas e as soluções urgentes por eles reclamadas exigem que não se aguarde o próximo Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação para realização do 2º Seminário.

Como serei obrigado a retirar-me antes das 10 horas para tomar parte noutra debate, valho-me da condição de presidente para, invertendo a ordem natural dos trabalhos, apresentar uma recomendação no sentido de incumbir-se um órgão governamental da organização, em julho de 1976, do 2º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras.

Como o problema das bibliotecas brasileiras de que falava Rubens Borba de Moraes em 1943, o das publicações oficiais decorre principalmente da falta de planejamento e coordenação, tanto no escalão federal como no estadual e no municipal.

Publica-se a esmo, como a esmo se instalam bibliotecas. Um dos inúmeros pioneirismos de mestre Gilberto Freyre foi o de chamar a atenção para o problema, sob os aspectos tanto do conteúdo como da distribuição de publicações oficiais. O seu primeiro artigo sobre o assunto, publicado na revista **O Cruzeiro** de 27 de janeiro de 1951, tem um título interrogativo: “Publicações oficiais ou álbuns de família”?

Referia-se o autor de **Casa-Grande & Senzala** às fotografias que ilustram tantas publicações oficiais brasileiras, quando “deviam conservar-se discretamente em álbuns de família”: “Fotografias de ministros entre grupos de amigos. Fotografias de governadores ou prefeitos descendo de automóveis ou de aviões, no meio de flores e sorrisos de pessoas também íntimas. Fotografias de chefes de repartição ou de presidentes de institutos recebendo manifestações em dia de aniversário natalício. Ou bebendo champanha. Ou discursando. Ou agradecendo ofertas de mimos: estatuetas representando a Glória, a Vitória, a Justiça. Ou almoçando com amigos, compadres parentes”.

Creio também ter sido o primeiro a tratar da falta de normalização das publicações oficiais, quando, em 12 de abril de 1958, publiquei **na Tribuna da Imprensa** do Rio de Janeiro um artigo intitulado “O DASP é mau editor”.

Quando Ministro da Educação e Cultura, o Senador Jarbas Passarinho reagiu contra o excesso de publicações daquela pasta, que era de quase cem, mas adotou uma solução a meu ver muito drástica, suprimindo revistas úteis e não duplicadas por outras, como a estimada **Revista do Livro**, cujo título foi depois adotado por uma publicação de interesse exclusivamente comercial.

No atual Governo, foi o próprio Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República quem tomou a si a tarefa de reduzir a explosão bibliográfica governamental.

O assunto está, assim, na ordem do dia e os bibliotecários fazem muito bem em debatê-lo, para oferecer ao Governo soluções adequadas. A idéia do técnico em biblioteconomia limitado a classificar e catalogar livros está há muito tempo inteiramente ultrapassada.

É imperiosa a necessidade de resumir textos e organizar índices, tarefas grandemente dificultadas pela falta de normalização das publicações. É indispensável que as publicações oficiais deixem de ser “clandestinas”, como delas afirmou Rubens Borba de Moraes, e que sejam as primeiras a cumprir a lei do depósito legal. É imprescindível que elas sejam acessíveis para consulta ou aquisição.

Devo concluir para não ultrapassar o limite de tempo fixado pelo regulamento do Congresso para abertura da sessão. Seria, aliás, chover no molhado, ressaltar perante os que aqui vieram a magnitude do problema que vamos discutir. Os especialistas inscritos têm muito mais competência do que eu para fazê-lo.

